

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.195 - SP (2019/0210567-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL**
OUTRO NOME : **CARVAJAL INFORMACAO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA - SP085277**
DEBORA LESSA DA SILVA ALCARAZ - SP318941
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 13A VARA DO TRABALHO DE MANAUS - AM**
INTERES. : **MARCIA REGINA DE AGUIAR COSTA**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO EMPRESARIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para prosseguimento de atos de execução que incidam sobre o patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial.
2. Conflito conhecido. Estabelecida a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL (denominação anterior: CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP e o JUÍZO DA 13A VARA DO TRABALHO DE MANAUS - AM.

Ação em trâmite no Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo: recuperação judicial da suscitante.

Superior Tribunal de Justiça

Ação em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho: reclamação trabalhista n. 0000344-52.2016.5.11.0013, ajuizada por MARCIA REGINA DE AGUIAR COSTA, e cumprimento de sentença n. 0000622-48.2019.5.11.0013.

Conflito de competência: a suscitante defende que, após a decisão concessiva da recuperação judicial, o juízo onde a respectiva ação tramita é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa suscitante. Postula, liminarmente, o sobrestamento da Reclamação Trabalhista n. 0000344-52.2016.5.11.0013 e do Cumprimento de Sentença n. 0000622-48.2019.5.11.0013, em trâmite na 13ª Vara do Trabalho de Manaus, e a designação do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Liminar: parcialmente concedida às e-STJ fls. 163/165.

Informações: prestadas pela 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP às e-STJ fls. 173/175, informando que "em 11/10/2019 foi declarado o encerramento da Recuperação Judicial da CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA., em razão do Plano de Recuperação Judicial ter sido cumprido durante o período de fiscalização judicial, nos termos do art. 61 da Lei n.º 11.101/2005".

Parecer do MPF: opinou no sentido de que se declare competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Depreende-se dos documentos trazidos aos autos que o processo de recuperação judicial da suscitante está em regular andamento perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo.

A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o

Superior Tribunal de Justiça

prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Outrossim, também é assente que "enquanto não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio afetado ao plano de soerguimento empresarial" (EDcl no AgInt no CC 152.900/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 15/08/2018).

No presente caso, em consulta ao sítio eletrônico do TJ/SP verifica-se que a sentença que declarou o encerramento da Recuperação Judicial da CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA ainda não transitou em julgado.

Na hipótese, portanto, não compete ao juízo trabalhista interferir no acervo patrimonial da suscitante enquanto não houver a certificação do trânsito em julgado da sentença que declarou o encerramento da sua recuperação judicial, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito de competência para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para decidir acerca da prática de quaisquer atos executivos e constritivos referentes à Reclamação Trabalhista nº 0000344-52.2016.5.11.0013.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora